



Governo prevê incentivos para o setor químico, mas a tendência é de cortes

Sector produtivo lança manifesto contra substitutivo do PL da economia circular

Mais de 30 entidades representativas da indústria, comércio e serviços divulgaram um manifesto em que demonstram “total inconformismo” com o substitutivo ao PL 3899/2012, que trata da Política Nacional de Economia Circular, relatado pelo deputado Luciano Vieira (PL/RJ). O texto, segundo o setor, amplia de forma equivocada o escopo do projeto original e impõe obrigações consideradas desproporcionais e inviáveis para a realidade empresarial brasileira.

O documento critica a exigência universal de Planos de Circularidade e Gestão Integrada de Resíduos (PCGR), acompanhados de auditorias externas compulsórias e publicação de dados, que, segundo as entidades, criariam custos adicionais insustentáveis para empresas de todos os portes. Também questiona a obrigatoriedade de sistemas próprios de logística reversa, em contrariedade ao modelo de gestão compartilhada da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e prazos rígidos para migração a fontes renováveis sem condições técnicas mínimas, o que representaria riscos à segurança energética e elevação nos custos de produção.

Outro ponto destacado é a previsão de relatórios anuais auditados e de novas despesas sem relação com a realidade de diversos segmentos. Além disso, setores considerados estratégicos, como mineração, agroindústria, construção civil, automotivo, petróleo e gás, químicos e petroquímicos, seriam submetidos a metas de reaproveitamento e proibições progressivas sem clareza técnica ou avaliação de viabilidade econômica. “Na prática, isso pode resultar em paralisação de atividades essenciais, insegurança jurídica e fuga de investimentos”, afirma o manifesto.

O texto também critica as alterações propostas à Lei das Sociedades por Ações, que introduzem dispositivos alheios ao tema da economia circular, como o modelo de ação coletiva “opt-out”, a obrigação de publicidade de arbitragens e a ampliação de poderes da CVM sem contrapesos adequados. Para as entidades, tais medidas fragilizam a segurança dos investidores e afastam capitais do mercado brasileiro. Já as sanções previstas — multas de até 4% do faturamento bruto (limitadas a R\$ 100

milhões), suspensão de atividades e cassação de licenças — são classificadas como desproporcionais, capazes de inviabilizar a continuidade de empresas por descumprimentos formais.

Algumas entidades, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), defendem ainda o desamparamento do PL 1874/2022 do PL 3899/2012. O PL 1874 institui a Política Nacional de Economia Circular, alinhada ao Acordo de Paris e a diretrizes da CEPAL, com foco em substituir o modelo linear de produção e consumo (extrair, produzir, descartar) por um modelo sustentável baseado em reaproveitamento, reciclagem e inovação. Para elas, o tema deve ser debatido em separado, de forma técnica e equilibrada, sem a sobreposição de dispositivos considerados inviáveis no substitutivo em tramitação.

Fonte: Abiquim

Governo prevê incentivo de R\$ 1 bilhão ao setor químico em 2026, apesar de tendência de cortes

O governo federal tem sinalizado uma tendência de redução de incentivos fiscais para diversos setores da economia, como parte do esforço de contenção de gastos e ajustes fiscais. Esse movimento poderia impactar significativamente a indústria química, dado o seu histórico de dependência de programas de incentivo para projetos de inovação, expansão e competitividade internacional.

No entanto, o PLP 182/2025 confirma que o setor químico continuará recebendo apoio estratégico, com previsão de manutenção de quase 97% dos recursos via Programa de Incentivos à Química (REIQ) até 2026, totalizando aproximadamente R\$ 1 bilhão. Essa medida garante que projetos industriais essenciais, pesquisa e desenvolvimento, e iniciativas de modernização tecnológica possam seguir em operação, mesmo diante do cenário de contenção fiscal.

Para empresas associadas, é um momento crucial de revisão do planejamento de investimentos e análise de oportunidades, aproveitando a manutenção parcial dos incentivos para fortalecer competitividade, produtividade e inovação.

Fonte: CNN



SIQUIRJ INFORMA

Nº 278

Set/2025

Editorial

Indústria química fluminense: desafios, desconexão governamental e a atuação firme do SIQUIRJ

O mês de setembro trouxe mais um alerta sobre os desafios enfrentados pela indústria química do Rio de Janeiro. O recente aumento do Fundo Orçamentário Temporário (FOT) evidencia a pressão tributária que pesa sobre as empresas, em um cenário já naturalmente oneroso e marcado por elevada falta de competitividade. Medidas como esta mostram que, mesmo setores estratégicos para a economia e geração de empregos, continuam sendo tratados com desconexão em relação à realidade das empresas.

O governo do estado parece distante das necessidades do setor industrial. A falta de políticas estruturadas que incentivem competitividade, inovação e desenvolvimento sustentável demonstra pouco interesse em apoiar a indústria química — essencial não apenas para a economia fluminense, mas para a cadeia produtiva nacional como um todo. Essa desconexão compromete investimentos, afeta projetos de expansão e dificulta a criação de um ambiente empresarial saudável e competitivo.

Diante desse cenário desafiador e até desanimador, o SIQUIRJ mantém sua atuação firme e constante. O sindicato não recua diante da necessidade de vocalizar as demandas de seus associados, representando seus interesses perante o poder público e buscando soluções que, mesmo que parciais, proporcionem alívio e condições mínimas de operação para as empresas. A defesa do setor químico é prioridade, independentemente do cenário político ou da percepção do Executivo estadual.

Setembro reforça que a união do setor e a mobilização organizada são fundamentais. O SIQUIRJ continuará propondo alternativas viáveis, articulando com diferentes esferas de governo e pressionando por políticas que fortaleçam a competitividade e sustentabilidade da indústria química fluminense. Em tempos desafiadores, nossa missão permanece clara: representar, apoiar e lutar pelo setor químico do Rio de Janeiro.

Abiquim e IBP reforçam diálogo setorial para fortalecer sinergias entre química e óleo & gás

Não existe indústria petroquímica sem óleo e gás. Nossa competitividade está diretamente ligada à disponibilidade e às condições de suprimento dessas matérias-primas essenciais, sejam de origem fóssil ou renovável", afirmou André Passos Cordeiro, presidente-executivo da Abiquim, durante a reunião híbrida realizada no dia 4 de setembro entre a Abiquim e o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), na sede da Abiquim, em São Paulo. O encontro, intitulado A Petroquímica e Conexões com a Indústria de Óleo & Gás, marcou a retomada de um diálogo estratégico mais estruturado entre os dois setores.

Em sua fala de abertura, André Passos destacou a importância do fortalecimento do diálogo institucional e da sinergia entre as cadeias produtivas. Segundo ele, a indústria química tem sua base de custos majoritariamente ligada às matérias-primas fornecidas pelo setor de óleo e gás — que podem representar de 40% a 85% do custo de produção, a depender do caso. Além disso, reforçou que o processo de transição energética traz novos desafios e oportunidades: "Não existe química verde sem a combinação de matérias-primas renováveis com os produtos da cadeia de óleo e gás", afirmou, ressaltando a necessidade de cooperação para fortalecer a competitividade, ampliar a produção nacional e agregar valor ao petróleo e ao gás produzidos no Brasil.

A programação do encontro foi conduzida por Eder da Silva, gerente de Economia e de Comércio Exterior e coordenador-executivo da Comissão de Energia e Matérias-Primas da Abiquim. Ao longo das discussões, foram abordados temas como a complementaridade e as sinergias entre petroquímica e óleo e gás; os marcos e desafios da petroquímica no Brasil; as características e modelos de negócios da indústria química; e o papel da sustentabilidade, da transição energética, da descarbonização e dos bioprodutos no futuro da cadeia. Também foram analisadas perspectivas para a petroquímica nacional, incluindo desafios relacionados à competitividade, inovação e inserção em um mercado global cada vez mais complexo.

Representando o IBP, Ana Mandelli, diretora de Downstream, destacou que a iniciativa sinaliza um esforço de alinhamento de agendas em prol da reindustrialização e da competitividade do país. "Acreditamos que possuímos muito mais pontos em comum do que divergências. A presença do IBP neste encontro reflete a intenção de trabalhar de forma integrada e madura, reconhecendo o papel crucial da química em temas estratégicos na cadeia de downstream como a petroquímica e como o combustível sustentável de aviação e a transição energética. Nossa expectativa é fortalecer este relacionamento e atuar conjuntamente em prol do desenvolvimento do Brasil", afirmou.

Participaram ainda do encontro pela Abiquim: Paula Tanaka e Alessandra Moura; pelo IBP, Carla Imbroisi e Enrico Andriolo; e os profissionais da associada Braskem, convidados como representantes de empresa da primeira geração petroquímica nacional, Gustavo Boni, Ana Beatriz Figueiredo, Juliana Amorim, Carolina do Valle, Elisa Andrade, Débora Pescarini e Mariana Campos. Representando a Chemvision, consultoria que

apresentou um panorama setorial no Brasil e no mundo para facilitar e nortear a conversa, Carlos Alberto Lopes e Luiz Fernando Marinho.

Fonte: Abiquim

Hidrogênio verde: oportunidades e desafios para a indústria química

O governo federal lançou recentemente um portal dedicado ao hidrogênio no Brasil, como parte de sua estratégia para atrair investimentos e fomentar o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono. O hidrogênio verde, produzido a partir de fontes renováveis, apresenta potencial significativo para substituir insumos fósseis em processos industriais, especialmente na produção de amônia, fertilizantes e outros produtos químicos.

Segundo a Abiquim, o setor químico brasileiro, com sua longa tradição na produção e consumo de hidrogênio, reconhece o potencial desse insumo como uma alavanca para avançar na descarbonização e elevar a competitividade da indústria nacional. A entidade destaca que o hidrogênio verde pode contribuir para a redução do déficit comercial de produtos químicos do país, além de impulsionar a geração de emprego e renda.

No entanto, o setor enfrenta desafios importantes:

- Tecnológicos: processos de eletrólise ainda demandam eficiência energética maior e redução de custos;
- Escala e logística: infraestrutura de produção, transporte e armazenamento ainda é limitada;
- Econômicos: investimento inicial elevado e necessidade de incentivos para viabilizar projetos competitivos.

Para a indústria química, o hidrogênio verde representa uma oportunidade estratégica de inovação e sustentabilidade, podendo contribuir para a redução da pegada de carbono, aumento da competitividade e abertura de novos mercados internacionais, especialmente para produtos químicos de alto valor agregado.

A Abiquim enfatiza a necessidade de estabelecer um marco regulatório que garanta segurança jurídica para assegurar os investimentos privados na produção e no consumo de hidrogênio sustentável no Brasil. A entidade também destaca a importância de desenvolver a cadeia produtiva nacional, capacitar recursos humanos e criar regulamentações que equilibrem incentivo à produção e estímulo ao consumo interno.

Empresas fluminenses avançam em ESG, mas cadeia de valor ainda é desafio

A Pesquisa Firjan ESG 2025, lançada no Rio Construção Summit 2025, revela que apenas adotar práticas ESG internamente não garante sustentabilidade corporativa. Entre as 130 empresas pesquisadas no Rio de Janeiro, 72% já exigem ações sustentáveis de seus fornecedores, evidenciando evolução em relação a 2023.

Apesar do avanço, 46% das empresas ainda encontram dificuldade em identificar fornecedores que atendam aos critérios ESG, reforçando a necessidade de engajamento das grandes empresas na cadeia produtiva.

O levantamento mostra que 96,1% das empresas adotam práticas ESG internamente, com destaque para o pilar ambiental, mas a governança corporativa cresce em relevância, figurando entre os cinco principais critérios internos. Entre grandes empresas e multinacionais, 38,4% assumiram

compromissos voluntários com a descarbonização.

Micro e pequenas empresas ainda enfrentam limitações financeiras e técnicas para implementar ESG, mas sua adoção fortalece a reputação e competitividade no mercado, permitindo participação no ecossistema das grandes empresas.

Segundo Jorge Peron Mendes, gerente de Sustentabilidade da Firjan, ESG não é uma moda: é ferramenta de gestão de risco corporativo e da cadeia de valor, essencial para garantir eficiência, reputação e sustentabilidade. O SIQUIRJ recomenda que seus associados avaliem como integrar práticas ESG internamente e junto a fornecedores, fortalecendo competitividade e o desenvolvimento da indústria química fluminense. 72% em 2025. Entre os 10 principais critérios adotados estão gestão de resíduos, código de ética, proteção de dados, programas de integridade e práticas anticorrupção, políticas de remuneração, combate ao assédio, gestão de água e efluentes, saúde e segurança ocupacional e combate ao trabalho infantil ou forçado. Segundo Peron, "os resultados deixam claro que ESG não é uma moda passageira: é ferramenta real de gestão de risco corporativo, aplicada tanto internamente quanto na cadeia de valor". O SIQUIRJ recomenda que seus associados acompanhem a evolução das práticas ESG e reflitam sobre como integrar ações sustentáveis em seus próprios processos e na relação com fornecedores, garantindo competitividade e fortalecimento da indústria química fluminense.

Fonte: Firjan

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
E-mail: siquirj@siquirj.com.br
Home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2024/2028

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Anderson Azevedo Lopes Assumpsao (Secretário)
Alexandre Fagundes de Mattos (Tesoureiro)

Suplentes

Maurício Nogueira Moreira
Sérgio Saccomandi de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Larissa Nascimento Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Carolina Simões Tavares

Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia
Wagner Ferreira Borges
Nicolau Pires Lages

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Isaac Plachta

Suplentes

Carlos Roberto da Silva
Roberto Pinho Dias Garcia